

Detentor de guarda de bebê órfão ganha estabilidade no emprego

Benefício trabalhista que seria garantido durante a licença-maternidade passa para novo responsável

Segue para sanção projeto aprovado ontem pelo Plenário que garante estabilidade provisória no emprego para quem detiver a guarda de recém-nascido no caso de morte da trabalhadora gestante. A mudança, que visa proteger a criança, não cria despesa adicional para os empregadores. **10**



Renan Calheiros (C) preside a sessão em que senadores aprovaram por unanimidade a estabilidade provisória para quem se incumbir da guarda de bebê órfão

Jonas Pereira/Agência Senado

Alfonso Vemier



Aprovada mudança no descanso de motoristas

O Plenário aprovou ontem, em meio a polêmica, o projeto (PLC 41/2014) que flexibiliza o descanso

obrigatório dos motoristas profissionais. O texto retorna para análise da Câmara dos Deputados. **11**

Regras para diplomas estrangeiros

A Comissão de Educação aprovou projeto que estabelece regras para revalidação de diplomas obtidos fora do Brasil. A proposta

deixa o processo mais simples e rápido. Antes de ir para a Câmara, o texto passará por votação em turno suplementar. **6**



Na Comissão de Educação, Lúcia Vânia, Jucá, Vital, Aloysio, Cyro e Anibal participam da votação do projeto de lei

Marcos Oliveira/Agência Senado

Diretor diz que Petrobras não comprovou propina 3

Sancionada lei que inibe a discriminação de pessoa com HIV 7

Avança texto que abre contas das concessionárias de serviços públicos 4

Entidades elogiam MP da Energia, mas pedem mudança em regime de cotas 5

Vai à Câmara desconto de energia para irrigação

Os senadores aprovaram ontem proposta que prevê desconto na tarifa de energia elétrica para

produtores rurais que empregarem sistemas de irrigação ou tocarem projetos de aqüicultura. **9**



Texto aprovado em Plenário determina a instalação gratuita de relógio para medir a energia consumida na propriedade

Ex-ministro de Jango lança no Senado livro de memórias sobre golpe militar 2

Debatedores pedem políticas de crescimento sustentáveis 8

Audiência defende concurso para advogados municipais 12

José Luiz Oliveira/Codervest

Ex-ministro de Jango lança livro de memórias sobre 1964

Almino Affonso escreveu em livro depoimento sobre os meses que antecederam o golpe que derrubou o presidente João Goulart e instaurou a ditadura militar no Brasil

O EX-DEPUTADO E ex-governador de São Paulo Almino Affonso lançou ontem, na Biblioteca do Senado, seu livro de memórias, *1964 na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*.

Em 700 páginas, o político, que foi testemunha e agente importante no período, faz um relato pessoal das turbulências políticas e dos bastidores do Palácio do Planalto nos meses que antecederam o golpe militar de 1964.

— O livro pretende apenas ser um relato honesto. É um

depoimento, e não um trabalho de um historiador, embora eu tenha me cercado de fontes [históricas] — disse o autor.

Para Affonso, a maior parte dos relatos sobre 1964 ignora um ponto que ele considera fundamental: o contexto da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Esse cenário tornou mais dramática a situação de Jango.

— Da Guerra Fria resultou uma ação militar e política dos EUA em toda a elaboração do golpe e na ameaça de invadir o território nacional em Pernam-

buco, se tivesse havido guerra civil. Até agora, isso não tinha sido objeto de uma reflexão maior. Tudo hoje ainda se projeta entre João Goulart ter sido forte ou não. O contexto maior quase sempre é ignorado.

O lançamento do livro ocorreu no Senado por sugestão dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), de São Paulo, e Vanessa Grazziotin (PCdoB), do Amazonas — exatamente os dois estados nos quais Affonso militou politicamente, o que representou um primeiro “encontro”. Ele citou ainda outro, com personalidades que viveram os conturbados anos 60: o senador José Sarney (PMDB-AP), “colega da Frente Parlamentar Nacionalista”, e o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Aldo Arantes.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Comissão de Educação, salientou a importância do relato de Almino Affonso. Também participou do lançamento o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Almino Affonso autografa seu livro de memórias na Biblioteca do Senado

“Desapego” estimula doação de livros

Em geral, depois de lidos, a maioria dos livros que uma pessoa compra vão para uma estante, onde apenas ocupam espaço e acumulam poeira.

— Os autores acabam ficando presos. É preciso que as pessoas se desapeguem dessa posse e os libertem — afirmou Andréa Bacaj, coordenadora do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado, durante evento que, na segunda-feira, marcou a entrega do terceiro ponto do

projeto Estante do Desapego, na Praça de Alimentação do Espaço do Servidor.

O objetivo é transformar o desperdício em benefício social. Segundo Andréa, a ideia é que cada pessoa que se interesse por um livro possa levá-lo e, se desejar, devolvê-lo para que outras também possam usufruir dele.

Objetos e materiais de escritório e de papelaria também podem ser doados, compartilhados e retirados

por todos os interessados.

— Podemos compartilhar com colegas de trabalho, com pessoas de menor poder aquisitivo. Isso sem falar nas doações para creches e escolas rurais — explicou.

A etapa inicial do projeto foi inaugurada com a instalação da primeira estante de livros, no pátio interno do Prodasen. A segunda unidade está funcionando na entrada da garagem coberta do Anexo II.

Ana Amélia elogia ato da OAB por eleições limpas na internet



A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou ato público da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por eleições limpas na internet. O objetivo da entidade, disse ontem a senadora, é de conscientizar todos sobre o uso responsável da rede mundial de computadores no período eleitoral, sem que haja difamação de candidatos e destruição de reputações.

A senadora lembrou que a internet tem um alcance incalculável. Só no Brasil, dados de 2013 indicam que 100 milhões de pessoas utilizam a rede mundial diariamente, 80 milhões estão ligadas nas redes sociais e 59% dos eleitores são usuários do Facebook.

Por isso, o uso adequado da rede deve ser priorizado pelos candidatos, com a apresentação de projetos aos eleitores e não com tentativas de destruir rivais, defendeu Ana Amélia.

Mozarildo sugere intervenção federal em Roraima



A situação de Roraima é tão caótica que talvez seja hora de uma intervenção federal. A avaliação foi feita por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que mencionou decisão do governo estadual de

decretar situação especial de emergência também na rede pública de ensino, devido à situação precária de inúmeras escolas e à falta de merenda.

Mozarildo relatou que a saúde pública de Roraima já está sob estado de emergência e calamidade desde o fim de maio.

— E eu pergunto: não seria o caso de uma intervenção federal no estado para sanear, indicar os culpados, prendê-los e fazer ressarcir esses recursos roubados de áreas tão importantes, como é o caso aqui citado da saúde e da educação? — indagou.

Reserva de vagas para negros em concursos é destaque de maio

A reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais a candidatos negros ou pardos está entre as 90 matérias apreciadas em uma das 74 reuniões realizadas pelas comissões permanentes e subcomissões do Senado em maio.

Do total de reuniões, 41 foram audiências públicas para discussão de temas diversos. Esses dados fazem parte da resenha mensal elaborada pela Secretaria-Geral da Mesa (SGM), por meio da Secretaria de Comissões (SCOM).

Das 90 matérias analisadas nesse período, 27 foram em decisão terminativa e

seguem direto para análise da Câmara ou sanção da Presidência da República, sem a necessidade, portanto, de serem apreciadas em Plenário, a não ser que haja recurso nesse sentido de pelo menos nove senadores.

Balanco de maio



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Comércio eletrônico**
14h Na pauta, projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor para aumentar a proteção no comércio eletrônico.
- PRESIDÊNCIA Atendimento à mulher**
11h Renan participa de campanha da central de atendimento à mulher; às 11h30, de evento na galeria de ex-secretários-gerais da Mesa; às 11h50, recebe o deputado Carlos Sampaio; às 12h, preside sessão do Congresso; às 15h30, recebe os secretários de Segurança do Rio, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e a apresentadora Xuxa; às 16h, preside a ordem do dia; e às 18h30, recebe o ministro do STJ Francisco Falcão.
- CI/CMA Escassez de água**
7h30 A escassez de água em cidades será debatida pela CI e CMA. Após, a CI pode votar garantia de acesso a dados de empregados em revisão de tarifa de serviço de transporte público coletivo.
- RESÍDUOS SÓLIDOS Debate**
9h Soluções para reciclagem de resíduos são tema de debate na Subcomissão de Resíduos Sólidos. Ney Maranhão, do Ministério do Meio Ambiente, é convidado.
- CAS Isenção para medicamentos**
9h Indicação de Martha Regina de Oliveira para a ANS e votação de isenção de PIS-Pasep e Cofins na importação de medicamentos e equipamentos hospitalares. Às 14h, audiência sobre hospitais federais.

- CCJ Inibidores de apetite**
10h Em análise, projeto que libera a comercialização de inibidores de apetite. Também está na pauta projeto que pune com mais severidade atos de vandalismo durante manifestações públicas.
- CDH Lei da Palmada**
11h30 Projeto que estabelece o direito de crianças e adolescentes serem educados sem castigos físicos — a Lei da Palmada — está na pauta. Outro projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a tentativa de reinserção familiar antes da decisão de adoção.
- HOMENAGEM Ex-secretários-gerais**
11h Cerimônia de aposição de retrato de Raimundo Carreiro e Claudia Lyra na galeria de ex-secretários-gerais da Mesa do Senado. O evento ocorrerá na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.
- CONGRESSO Defensorias públicas**
12h Sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado, para promulgação da emenda constitucional decorrente da PEC das Defensorias, que garante a instalação de defensorias públicas em todos os municípios do país.
- CAE Política tributária**
14h30 Política tributária e sustentabilidade em debate com o professor da Universidade de Campinas Bastiaan Reydon, entre outros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, a reunião conjunta das **Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Serviços de Infraestrutura**; às 10h, a reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Gerente de Segurança da estatal disse à CPI do Senado que, após 44 dias de investigação, denúncias de pagamento de propina a funcionários não foram comprovadas

Investigação não encontrou erros, diz gerente da Petrobras

O GERENTE DE Segurança Empresarial da Petrobras, Pedro Aramis de Lima Arruda, disse à comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que investiga irregularidades na companhia que não encontrou nenhum indício de pagamento de propina pela holandesa SBM Offshore a funcionários da estatal brasileira.

O gerente, que depôs no Senado na manhã de ontem, esteve à frente da comissão de sindicância aberta pela petrolífera para investigar denúncias veiculadas pela imprensa.

— Não identificamos indícios de que empregados nossos auferiram vantagem de natureza pessoal ou pecuniária ou receberam qualquer outro tipo de favorecimento — afirmou.

Segundo ele, depois de 44 dias de investigação, com análises dos contratos e dos aditivos, ficou demonstrado que os negócios estavam corretos e conforme as regras

adotadas pela estatal. A SBM mantém vínculos com a Petrobras desde 1996.

Em resposta ao relator da CPI, José Pimentel (PT-CE), Arruda informou que Julio Faerman, representante da SBM no Brasil, foi ouvido pela comissão de sindicância e que não foram verificadas irregula-

ridades na relação dele com a Petrobras.

— A Petrobras não fez pagamentos diretos ao senhor Faerman ou a qualquer de suas empresas. Os pagamentos eram feitos regularmente para a empresa SBM, de acordo com o estabelecido contratualmente — concluiu.

Senadores ouvirão na terça-feira ex-diretor acusado de envolvimento

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa é a próxima pessoa a ser ouvida pela CPI do Senado. Costa vai depor na terça-feira, informou o presidente da comissão de inquérito, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Ele é acusado de integrar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A organização teria movimentado R\$ 10 bilhões, com a par-

ticipação do doleiro Alberto Youssef, que continua preso após a Operação Lava-Jato.

Preso pela Polícia Federal em março, Costa foi solto por uma decisão do ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Costa será a sétima pessoa a ser ouvida pela CPI do Senado. Já prestaram depoimentos, entre outros, o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli e a atual, Graça Foster.

Ex-executivo da empresa defende compra da refinaria de Pasadena

Os senadores também ouviram Luis Carlos Moreira da Silva, ex-gerente-executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da estatal, que participou das negociações para a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

A exemplo de outros executivos da empresa já ouvidos pela CPI, ele confirmou que, na época das negociações, em 2005, era preciso expandir as atividades de refino no exterior.

Moreira da Silva negou que a Petrobras comprou uma refinaria velha e ultrapassada e ratificou a informação da presidente Graça Foster de que a Astra Oil pagou US\$ 360 milhões por Pasadena à Crown Refinery.

— O total pago pela Astra, não diretamente, mas incluindo investimentos e compromissos assumidos, somou US\$ 360 milhões. A refinaria tinha problemas trabalhistas e ambientais. Quando a Astra entrou, ela teve que resolver esses problemas — explicou.

Conforme relatou, visitas à refinaria mostraram que ela apresentava condições adequadas para aquisição, apenas com piores padrões de conservação de unidades inativas, em comparação com as práticas adotadas pela Petrobras, mas de acordo com os padrões seguidos

nos EUA, onde só é feita manutenção de unidades que geram retorno. Em depoimento à CPI, a presidente da petrolífera brasileira, Graça Foster, explicou que o custo total de Pasadena foi de US\$ 1,24 bilhão. Foram desembolsados US\$ 554 milhões com a compra de 100% das ações da refinaria e US\$ 341 milhões por 100% das cotas da companhia de *trading* (comercializadora de petróleo e derivados). Adicionalmente, houve o gasto de US\$ 354 milhões com juros, empréstimos e garantias, despesas legais e complemento do acordo com a Astra.

Moreira da Silva acrescentou que as duas cláusulas omitidas do resumo executivo que serviu de base para a aprovação do negócio pelo Conselho de Administração eram “comuns” e não interfeririam na decisão de compra.



Moreira da Silva disse que Pasadena estava adequada para aquisição



Pedro Aramis Arruda, da Petrobras, fala à CPI, ao lado do vice-presidente da comissão, senador Antonio Carlos Rodrigues

CPI mista começa depoimentos com ex-diretor

A CPI Mista da Petrobras aprovou ontem 233 dos 618 requerimentos apresentados. A maioria pede a convocação de envolvidos em denúncias e a transferência de documentos por outros órgãos. O relator da CPI, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que o primeiro a ser ouvido deve ser o ex-diretor de Abastecimento e Refino da Petrobras Paulo Roberto Costa.

O ex-diretor é suspeito de ter recebido propina do doleiro Alberto Youssef para favorecer empresas nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Youssef também será chamado a depor, mas, segundo Marco Maia, só depois que a CPI tiver acesso aos documentos da Operação Lava-Jato em poder da 13ª Vara Federal de Curitiba e do Supremo Tribunal Federal (STF). A CPI mista quer acesso a auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os parlamentares aprovaram as convocações do ex-diretor da área internacional da Petrobras; da presidente da estatal, Graça Foster; e do ex-presidente Sergio Gabrielli. Os três já foram ouvidos pela CPI exclusiva do Senado, mas, para Alvaro Dias (PSDB-PR), é possível que apresentem novidades ao falarem à CPI mista.

— Teremos aqui um questionamento mais duro —

explicou o senador tucano.

O presidente da CPI mista, Vital do Rêgo (PMDB-PB), anunciou que na próxima semana se reunirá com ministros do STF para tratar do compartilhamento de documentos. O senador explicou que será exigido muito cuidado porque muitos dos dados estão sob segredo de justiça.

A CPI mista também aprovou um plano de trabalho

com quatro eixos de investigação: a compra da refinaria de Pasadena (EUA), indícios de pagamento de propina a funcionários da Petrobras, falta de segurança em plataformas e superfaturamento na construção de refinarias.

Maia assegurou que a CPI mista terá um perfil técnico e será capaz de apurar responsabilidades e apresentar sugestões para aperfeiçoar leis e políticas públicas.

— A CPI mista começa bem equilibrada. Fizemos acordos e todos estão imbuídos em investigar — afirmou.

Alvaro, no entanto, não se mostrou muito otimista quanto aos resultados.

— Não vamos gerar falsa expectativa. Não há esperança de que esta CPI possa concluir com um relatório competente, indiciando pessoas e responsabilizando aqueles que promoveram esse monumental desvio de recursos.



Presidente e relator da CPI, Vital do Rêgo e Marco Maia analisam requerimentos

Humberto cobra indicação de membros para inquérito do Metrô

Humberto Costa (PT-PE) cobrou a instalação da CPI Mista do Metrô. O senador informou que todos os partidos da Câmara já indicaram representantes. De acordo com ele, no Senado, só os Blocos de Apoio ao Governo e União e Força fizeram as indicações. Humberto acrescentou que já conversou com o PMDB, que prometeu fazer a indicação.

— Apelo à oposição que faça a sua indicação, para amanhã [hoje] instalarmos essa CPI. Vamos promover um processo de investigação sereno e tranquilo, para que esclarecer os fatos em tela.

De acordo com Humberto, já corre o prazo para o presidente do Senado, Renan Calheiros, indicar os nomes pelos partidos que não apontaram representantes. Renan disse que ainda tem três dias para fazer a indicação.



Casildo Maldaner, Ataídes Oliveira e Wilder Morais na reunião que aprovou a divulgação das contas de concessionárias

Avança abertura nas contas de concessionárias

Projeto aprovado na CAE obriga concessionárias e permissionárias de serviços públicos a divulgarem demonstrações financeiras, como balanço patrimonial e relatórios de lucros ou prejuízos acumulados

AS CONCESSIONÁRIAS E permissionárias de serviços públicos poderão ser obrigadas a divulgar periodicamente suas demonstrações financeiras usando as mesmas determinações contidas na Lei das Sociedades Anônimas. A medida é prevista em projeto (PLS 365/2013) de Casildo Maldaner (PMDB-SC), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Casildo acredita que o projeto permitirá aumento do controle social sobre a gestão da coisa pública. Segundo ele, provavelmente a demanda popular mais importante nas manifestações do junho do ano passado foi o fim da corrupção.

“Os cidadãos merecem e têm o direito à transparência na gestão dos recursos públicos, não só no que se refere à administração direta e indireta, mas também no que concerne às concessões e permissões do poder público”, explica na

justificativa do projeto.

O senador propõe que as companhias que operam sob o sistema de concessão sejam obrigadas a apresentar, entre outros itens, balanço patrimonial e demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, do resultado do exercício, das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixa.

O texto recebeu parecer favorável do relator na CAE, Pedro Taques (PDT-MT), com quatro emendas. Uma delas, no trecho da proposta que se refere à Lei das Sociedades Anônimas, menciona explicitamente as companhias de capital aberto “que seguem normas mais rigorosas na elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras”. Outra emenda do relator impõe mais rigor para a possibilidade de investimentos públicos em setores privatizados.

“Presentear depois da licitação o licitante vencedor com

esses benefícios significativos, que não constavam do edital, é ferir de morte o princípio da vinculação ao edital. O concessionário pagou por um bem público concedido e recebeu outro melhor para explorar monopolicamente, o que representa fraude”, argumenta Taques no relatório.

O senador considera um contrassenso econômico o poder público investir em obras ou serviços que passaram para concessionárias. Segundo ele, a concessão de ferrovias e rodovias para uma empresa explorar o serviço na forma de monopólio acontece justamente porque o Estado concluiu que não dispõe dos recursos e da eficiência necessários para investir e gerir adequadamente a infraestrutura.

O projeto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

Passa em comissão “técnica e preço” para publicidade

O poder público só poderá contratar serviços de publicidade se seguir o critério de “técnica e preço”. É o que prevê substitutivo a projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A matéria segue para a apreciação terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O substitutivo ao PLS 337/2005, que altera a Lei 12.232/2010, também permite a participação de agências de propaganda reunidas em consórcio e estabelece que o fator preço deverá responder no mínimo por 70% do total de pontos que podem ser obtidos pelos concorrentes na licitação.

Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto, explicou que tomou a iniciativa a pedido de uma entidade de combate à impunidade e à corrupção. Segundo ele, a entidade informou que os maiores problemas ao erário ocorrem principalmente por empresas de propaganda e publicidade.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), votou favoravelmente ao substitutivo, tal como foi aprovado pela Comissão de Educação.

Aprovada transparência para o Fundo da Marinha Mercante

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou, ontem, proposta que visa assegurar transparência na aplicação de recursos do Fundo da Marinha Mercante. A proposta segue agora para a análise terminativa da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

De autoria do deputado Marcos Montes (PSD-MG), o PLC 36/2013 determina que o Ministério dos Transportes divulgue, pela imprensa oficial e pela internet, trimestralmente, os valores arrecadados com o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). A proposta obriga ainda a divulgação da destinação desses recursos.

De acordo com a Lei 10.893/2004, o AFRMM é um tributo que deve ser destinado ao apoio à Marinha Mercante e à indústria naval. No entanto, segundo o autor, a lei é omissa em relação à prestação de contas. Segundo o Ministério dos Transportes, em 2004, os recursos arrecadados por essa contribuição chegaram a R\$ 1 bilhão. O AFRMM incide no descarregamento de embarcações no Brasil.

Governo envia projeto de reajuste salarial da Polícia Federal

O governo encaminhou à Comissão Mista de Orçamento (CMO), na segunda-feira, projeto de crédito adicional (PLN 5/2014) que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 12.919/2013) para permitir o reajuste para agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal (PF). Em negociação com o Ministério do Planejamento, os servidores

da PF aceitaram um aumento de 15,8%, dividido em duas parcelas (2014 e 2015).

O governo explica na mensagem enviada que o reajuste de 15,8% é o mesmo que foi concedido às demais categorias do Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário em 2012.

Depois de analisado na CMO, o projeto segue para exame no Plenário do Congresso. (Da Agência Câmara)

Audiência vai discutir situação de demitidos no governo Collor

A situação dos servidores públicos demitidos na reforma administrativa do governo Collor (1990-1992) deverá ser debatida em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em data a ser definida. A decisão atende requerimento do próprio presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Entre outros convidados, Lindbergh pretende levar

à audiência pública Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); e Josemilton Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef).

Rolleberg cobra nomeação de aprovados para o Senado

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) cobrou ontem da Mesa do Senado a nomeação de todos os 502 aprovados no último concurso público da Casa nos cargos autorizados pela Lei Orçamentária Anual de 2014. Em Plenário, o senador explicou que 115 aprovados já foram nomeados, mas ainda restam 387 vagas com preenchimento autorizado pela LOA.

— Não posso perder a oportunidade de fazer este apelo em virtude da expiração da validade do concurso em 31 de julho deste ano — afirmou.

Rolleberg destacou que as nomeações não sobrecarregarão o quadro de pessoal da Casa. Até 2015, mais de 600 servidores efetivos do Senado estarão aptos a se aposentar.

Servidor deverá provar frequência para ter horário especial

Servidor público que estiver estudando terá de comprovar a frequência às aulas junto à instituição de ensino em que está matriculado para ter direito à concessão de horário especial. É o que propõe o PLS 397/2013, de Acir Gurgacz (PDT-RO), aprovado ontem



pela Comissão de Educação (CE).

A proposta altera o artigo 98 do Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990), que garante aos servidores públicos

que estudam o direito de trabalhar em horário especial. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Relator quer ampliar debate sobre solução à guerra fiscal

A pedido do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retirou de pauta, ontem, regra que facilita a solução de impasses entre estados devido à guerra fiscal.

Luiz Henrique informou que pretende ampliar a



discussão sobre o assunto, envolvendo representantes do governo federal, dos estados e dos empresários. Uma das reuniões está prevista para hoje,

às 14h30, com secretários de Fazenda integrantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Comissão mista promoveu debate sobre a MP 641/2014, que reduz prazo para entrega de energia elétrica contratada e prazo mínimo

Debatedores apoiam MP sobre energia, mas criticam regime de cota

REPRESENTANTES DE VÁRIAS entidades do setor de energia elétrica manifestaram ontem apoio à medida provisória (MP) 641/2014, que disciplina a contratação de distribuição de energia, mas solicitaram alterações no regime de cotas, previsto na MP 579/2012, que estabeleceu regras para a contratação de energia sem leilão e com tarifas pré-definidas.

A MP 641, que altera a Lei de Comercialização de Energia Elétrica (Lei 10.848/2004), antecipa para o mesmo ano da licitação a entrega da energia contratada e muda o prazo mínimo de suprimento para um ano, em vez dos três anos previstos anteriormente.

O debate foi promovido pela comissão mista relatada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que deve apresentar hoje minuta do parecer à MP e às 54 emendas apresentadas.

Representante dos distribuidores, Daniel Mendonça considerou a iniciativa positiva por aumentar o número de leilões e permitir a contratação a um preço mais baixo.

Nivaldo de Castro, da Uni-



Participantes propuseram emendas para reduzir custo da energia industrial

versidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elogiou a facilidade na contratação e o fortalecimento do mercado cativo — no qual o consumidor compra energia da distribuidora, concessionária ou permissionária.

No primeiro leilão com entrega imediata, em maio, foram contratados 2.046 MW, no valor total de R\$ 27,28 bilhões.

Segundo Alexandre Guedes Viana, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, 20 usinas negociaram, gerando resultado suficiente para atender 85% da necessidade até o final do ano.

A controvérsia girou em torno da MP 579/2012, que, segundo os participantes, prejudicou o mercado livre — no qual o consumidor escolhe seu gerador. Com a medida, a energia que fluía para o ambiente livre foi direcionada para o ambiente regulado.

Para Luiz Fernando Leone, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia, é uma forma de controle tarifário. Mesma opinião tem Reginaldo Almeida, dos comercializadores, para quem a medida gerou riscos para o consumidor residencial.

Camila Schoti, da Asso-

ciação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, pediu a aprovação de emendas para reduzir o custo da energia industrial. Segundo ela, a redução média em 2013 foi de 7,5%, enquanto o esperado eram 30%. Além disso, a cota de energia competitiva foi alocada para o mercado regulado, mas os consumidores da indústria de base adquirem energia no mercado livre.

Edmundo Pochmann, das termelétricas, alertou para o risco de insegurança energética e defendeu as termelétricas para evitar o racionamento.

Já Ivo Pugnali, da associação das pequenas hidrelétricas, defende os recursos renováveis. Ele cobrou a liberação de 649 projetos, além de 1.783 já outorgados, que garantiriam a geração de 9.200 MW.

Elbia Melo, representante da energia eólica, lembrou que o setor tem 3% de participação na matriz e encerrará o ano com 4 GW. Já Nelson Colaferro, da energia solar, citou as vantagens da geração desse tipo de energia, que não exige redes e tem baixo impacto ambiental.

Em reunião com Renan, Gerdau diz que MP 641 preocupa

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade do Conselho de Governo da Presidência da República, Jorge Gerdau (foto), demonstrou preocupação com a MP 641/2014.



Lia de Paula/Agência Senado

Um dos objetivos da MP é garantir a sobrevivência de grandes consumidores industriais do Nordeste que têm contratos com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, além da redução futura de custos do setor.

Renan disse que vai se reunir com o colegiado de líderes e marcar sessão para votar todas as MPs pendentes.

Participaram da reunião Eduardo Braga (PMDB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Pimentel (PT-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Aloisio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Walter Pinheiro (PT-BA) e Ana Amélia (PP-RS).

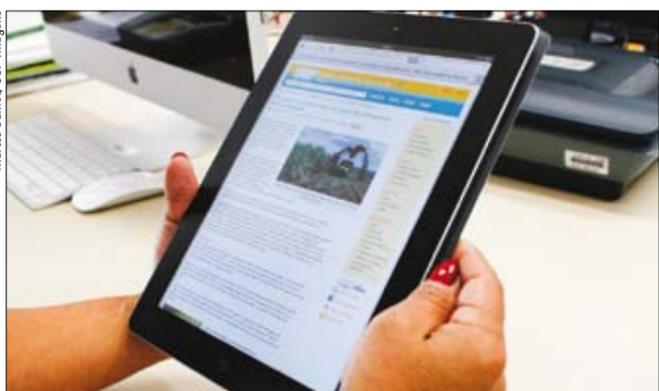
Comissão aprova ações de avaliação do Programa de Banda Larga

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem requerimentos de Anibal Diniz (PT-AC) para a realização de atividades relativas à avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). As atividades pertencem ao plano de trabalho já aprovado pela comissão. O PNBL foi eleito pela comissão como a política pública governamental a ser avaliada ao longo do ano. Instituído em 2010, prevê a massificação da oferta de internet de banda larga no país até 2014.

O primeiro requerimento estabelece que servidores das áreas da Consultoria Legislativa do Senado, da CCT, dos gabinetes de Anibal Diniz, de Walter Pinheiro (PT-BA) e da

Liderança do PT, assim como uma equipe da Secretaria de Comunicação Social do Senado, acompanhem as atividades do plano de trabalho. Os servidores serão nomeados posteriormente.

A comissão aprovou mais três requerimentos extra-pauta de Anibal Diniz — dois para solicitar informações ao ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e ao Tribunal de Contas da União sobre a execução do PNBL. O outro solicita informações ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloisio Mercadante, sobre a composição do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID) e suas atividades para acompanhar o PNBL.



Plano analisado prevê a massificação da oferta da internet banda larga



Conselho é presidido por dom Orani e Fernando Cesar Mesquita é o vice

Dom Orani cobra renovação do Conselho de Comunicação Social

Logo após a reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso (CCS), ontem, seu presidente, dom Orani Tempesta, cobrou a escolha dos novos integrantes do colegiado, que devem assumir em setembro. O mandato dos atuais conselheiros termina no mês de agosto. A preocupação de dom Orani é de que haja paralisação dos trabalhos do conselho.

— Pedimos que não haja vacância, que sejamos substituídos agora em setembro. Em agosto encerramos o nosso tempo. Que o Congresso Nacional possa eleger os novos membros em setembro, para dar continuidade a tantos trabalhos e também a tudo aquilo que o novo con-

selho quiser discutir. É um conselho muito importante, faz parte da Constituição — ressaltou.

O atual presidente do CCS avaliou positivamente as atividades do colegiado neste último biênio.

— Creio que o conselho fez um trabalho muito bom ao buscar tudo aquilo que estava no passado e que necessitava de atualização. E, ao mesmo tempo, ao olhar para o futuro. Recuperamos o passado e nos atualizamos. Vamos entregar para a próxima composição os trabalhos já bem encaminhados — acrescentou.

O Conselho de Comunicação Social, previsto no artigo 224 da Constituição, é regulamentado pela Lei 8.389/1991.

Inácio Arruda defende realização da Copa do Mundo no Brasil

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse na segunda-feira que a Copa do Mundo será um evento bonito e participativo, em



Moreira Mariz/Agência Senado

que o povo vai colocar a "seleção no peito". O senador registrou evento que ocorreu no Palácio do Planalto para receber a taça da Copa. A presidente Dilma Rousseff, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e ex-jogadores da seleção participaram da cerimônia.

— Foi uma cerimônia breve, mas cheia de significados. Futebol é a nossa paixão — afirmou Inácio.

O senador reconheceu que o Brasil precisa de muitas outras conquistas para melhorar a qualidade de vida do cidadão, mas defendeu a realização de grandes eventos no Brasil e disse que as obras de mobilidade foram entregues de maneira mais rápida por conta da Copa.

— Talvez seja isso o que incomoda mais: é saber que o nosso país encontrou uma vereda de desenvolvimento — disse o senador.

Reconhecimento de diploma estrangeiro ganha regras

Processos de revalidação serão simplificados para diplomas emitidos por instituições e programas de ensino estrangeiros cuja excelência acadêmica seja reconhecida e atestada por órgão competente no Brasil

A COMISSÃO DE Educação (CE) aprovou ontem substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011 que simplifica a revalidação de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras cuja excelência seja atestada e declarada pelo poder público brasileiro.

A proposta, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), recebeu decisão final na CE e pode seguir direto para a Câmara dos Deputados, sem passar pelo Plenário do Senado, mas antes terá que ser votada em turno suplementar, já que foi apresentado substitutivo.

De acordo com texto do relator na CE, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), os processos de revalidação ou reconhecimento de diplomas de graduação deverão ser feitos por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, observando os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação e parâmetros de qualidade e prazos definidos em colaboração com o órgão responsável pela avaliação dos cursos de graduação do país.

Já os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições ou cursos estrangeiros



Sessão da CE em que foram aprovadas regras para revalidação de diplomas do exterior

só serão reconhecidos mediante processo de avaliação realizado por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. Entretanto, os expedidos por entidades estrangeiras cuja excelência seja atestada e declarada pelo órgão responsável pela coordenação da política nacional de educação terão tramitação simplificada, dispensando a avaliação individual de cada diploma por uma comissão.

Para auxiliar essa análise, o poder público divulgará, anualmente, relação de cursos, instituições e programas de ensino estrangeiros de excelência, acompanhada de instrução de procedimentos e orientações

para a tramitação célere dos processos de revalidação, determina o texto.

O substitutivo eliminou a possibilidade de “reconhecimento automático” contida na proposta original.

— No limite, ele poderia significar a total ausência de controle sobre a validade nacional de títulos e diplomas estrangeiros — justificou.

Para o senador Requião, o tema pede regulamentação, pois são frequentes os relatos de processos excessivamente caros, pouco transparentes, demorados e arbitrários, que resultam em prejuízo a estudantes de destaque e na negativa do reconhecimento ou revalidação de estudos realizados em cursos de universidades de excelência reconhecida.

Avança responsabilização de famílias e gestores com educação básica



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 144/2007, que estabelece as

responsabilidades dos gestores públicos e das famílias caso o direito à educação escolar básica, especialmente de crianças e adolescentes, não seja assegurado. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebe decisão terminativa.

A matéria recebeu substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS). Segundo informou o parlamentar, o Ministério da Educação (MEC) sugeriu uma série de mudanças que, conforme acordo firmado na CE com o autor do PLS, Cristovam Buarque (PDT-DF, *foto*), serão feitas durante a análise na CCJ.

— Darei o meu aval para as mudanças que forem necessárias, a pedido do MEC — disse o autor.

Bolsa Família poderá dar cartão para compra de material escolar



Genildo Magalhães/Agência Senado

Os brasileiros beneficiados pelo Programa Bolsa Família poderão receber um cartão magnético para comprar material escolar. É o que prevê o PLS 122/2013, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) ontem.

De acordo com o projeto, a União poderá firmar convênios com os estados, os municípios e o Distrito Federal para a adoção de programas de transferência de recursos para aquisição de material escolar. O público-alvo são as famílias com crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade que estejam matriculados em escolas públicas.

Pelo texto, a compra do material poderá ser feita apenas em estabelecimentos credenciados. A matéria ainda será analisada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) de Assuntos Sociais (CAS).

Comissão acata instituição de datas comemorativas

A CE aprovou ontem projetos que criam datas e nomeiam edifícios e rodovias.

Projetos

■ **PLS 30/2014**, de Benedito de Lira (PP-AL), que institui o dia 10 de dezembro como **Dia Nacional da Amazônia Azul**.

■ **PLS 435/2013**, de Ana Rita (PT-ES), que institui 15 de dezembro como o **Dia Nacional da Economia Solidária**. Segundo a autora, é o dia do nascimento de Chico Mendes, destacado líder da ecologia e do extrativismo sustentável.

■ **PLC 55/2012**, do deputado José Airtton (PT-CE), que institui o **Dia Nacional do Humorista** em 12 de abril.

■ **PLC 70/2011**, do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), que denomina o prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina (PE), **Edifício Mansueto de Labor**.

■ **PLS 19/2013**, de João Vicente Claudino (PTB-PI), que denomina **Natália Ferreira Paes Landim** o campus de São João do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

■ **PLC 20/2013**, que denomina **Rodovia Landri de Oliveira Cambraia** o trecho da BR-156 entre as cidades de Macapá e Amapá e Rodovia Janary Nunes o trecho da BR-156 entre Amapá e Oiapoque, no Amapá.

Autorizados US\$ 58 milhões do BID para Florianópolis



Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, projeto que autoriza a Prefeitura de Florianópolis a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 58,8 milhões (R\$ 130,6 milhões) para investimentos em educação infantil e ensino fundamental. A matéria vai à promulgação.

Antes de ir a Plenário, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE), onde recebeu parecer de Kátia Abreu (PMDB-TO).

O montante será destinado ao Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, segundo a mensagem da Presidência da República que solicita ao Senado a aprovação do empréstimo.

O município comprometeu-se a investir no projeto a contrapartida de, no mínimo, US\$ 59,5 milhões, equivalentes a R\$ 132,1 milhões.



Moreira Mattar/Agência Senado

Verba recuperada de corrupção poderá ir para educação e saúde

Recursos recuperados em processos judiciais contra pessoas condenadas por lesar o erário público poderão custear os serviços públicos de saúde e educação, caso vire lei o PLS 303/2013, aprovado ontem na Comissão de Educação e Cultura (CE). O texto segue agora para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Autor da proposta, Waldemir Moka (PMDB-MS, *foto*) sugere que os valores sejam divididos entre o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ele explica que as leis em vigor não determinam como deve ser aplicada a verba recuperada.



José Cruz/Agência Senado

Relator na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB) apoia o projeto e defende que seja dada publicidade às ações. No relatório, foram mantidas duas emendas aprovadas na Comissão

de Assuntos Sociais (CAS): uma de redação e outra para explicitar que os recursos não devem ser computados na apuração do montante a ser aplicado pela União.

Projeto amplia acesso de adolescente pobre à formação esportiva

A Comissão de Educação (CE) aprovou, ontem, proposta que pretende ampliar o acesso ao esporte do adolescente de baixa renda e incentivar sua formação profissional para atuar tanto como atleta quanto na área de promoção de eventos esportivos (PLC 106/2013).

A proposição, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que qualquer empresa possa destinar 10% da cota de aprendizes à formação de atletas.

Atualmente, a lei obriga os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada empresa.

Crédito para combate à pobreza em 129 cidades vai a Plenário



Lio de Paula/Agência Senado

O Projeto Dom Helder Câmara, iniciativa do governo federal para combate à pobreza em 129 municí-

pios do semiárido nordestino, poderá receber o equivalente a R\$ 41 milhões do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, autorização para contratação de empréstimo entre o Fida e a União.

São duas linhas de crédito, uma de 11,4 milhões de euros e outra de 2 milhões de direitos especiais de saque (cesta composta de quatro moedas), correspondentes a US\$ 3 milhões.

Relatado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que apresentou voto favorável, o texto vai a Plenário.

Discriminação de pessoas com HIV agora é crime

Demissão, recusa de inscrição em escola, segregação e negação de tratamento de saúde estão entre as condutas incluídas na lei sancionada ontem, já em vigor, que prevê pena de 1 a 4 anos de prisão

A DISCRIMINAÇÃO CONTRA pessoas com HIV poderá resultar em prisão de um a quatro anos. O novo crime foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff e entrou em vigor com a publicação da Lei 12.984/2014 no *Diário Oficial da União*. A lei caracteriza como discriminação condutas como recusar inscrição em escola, negar emprego, demitir, segregar no ambiente escolar ou de trabalho, recusar tratamento de saúde e divulgar a condição de pessoa com HIV com intuito de ofender.

A tipificação da exoneração ou demissão chegou a ser excluída pela Câmara, mas quando a proposta voltou ao



Parecer de Aloysio manteve todas as hipóteses de caracterização do crime

Senado, neste ano, foi aprovado o parecer contrário de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o que manteve todas as hipóteses de caracterização do crime.

A tipificação do crime de discriminação de pessoas com HIV foi proposta originalmente em 2003 pela então senadora Serys Slhessarenko (PLS 51/2003).

Planos poderão ter que atender malformações

Os planos de saúde poderão ser impedidos de recusar tratamento a pessoas com malformações congênitas e doenças raras sob a alegação de que elas sofrem de moléstias preexistentes. A nova regra é prevista em projeto (PLS 544/2013) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

De autoria de Vicentinho Alves (SD-TO), o projeto prevê também que a eventual negativa de autorização de

cobertura pela operadora será fundamentada e imediatamente comunicada, por escrito, ao beneficiário, ao profissional responsável pela assistência e à instituição solicitante.

Ao justificar a proposta, o autor afirma que as pessoas com malformações congênitas são discriminadas por utilizarem com mais frequência a assistência à saúde, sendo a alegação mais comum a de preexistência da doença. Segundo Vicentinho, entre essas pessoas, as que mais sofrem "são as portadoras da síndrome de Down, às quais os planos de

saúde constantemente negam autorização de tratamentos, sob a alegação de preexistência dos males decorrentes da síndrome".

Como exemplo, o senador cita a comunicação intervencional cardíaca, "mal de alta incidência entre os portadores da síndrome de Down".

O relator na CAE, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que a situação é agravada pelo fato de as negativas de atendimento não serem justificadas, "dificultando a busca de amparo judicial pelos usuários".

O senador apresentou substitutivo estendendo a todos os usuários de planos de saúde o direito de receber justificativa escrita da negativa de cobertura do tratamento pelos planos de saúde.

O relator acolheu também sugestão de Waldemir Moka (PMDB-MS) para excluir as doenças raras da lista de moléstias preexistentes justificadora da negativa de cobertura.



Segundo Vicentinho, pessoas com malformações são discriminadas pelos planos

Aprovado rastreamento de carga radioativa

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que torna obrigatório o rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos. A matéria segue agora para a apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De autoria do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), o PLC 127/2013 obriga que um mecanismo de rastreamento de carga seja acoplado aos materiais embalados durante

o transporte. O objetivo é evitar acidentes. Na justificativa, o autor lembra o acidente com o césio em Goiânia, ocorrido em 1987. Na época, um aparelho utilizado em radioterapia foi encontrado dentro de uma clínica abandonada na cidade e acabou contaminando muitas pessoas.

Para o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto reduz riscos de acidentes com material nuclear.

— A medida é fundamental para que, no caso de inciden-

tes como subtração do veículo ou seu extravio accidental, seja possível aos órgãos fiscalizadores localizar a carga em curto prazo e tomar as providências cabíveis, evitando a ocorrência de acidentes potencialmente fatais — considerou o senador.

A proposta pode evitar problemas como o que ocorreu em 2012, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, quando um carro levando uma cápsula com selênio 75 foi roubado.

Entidades lançam cartilha para pessoas com deficiência

Senado, Ministério Público do Trabalho, Movimento Down e Associação Carpe Diem se uniram ontem para lançar uma cartilha que aborda, em linguagem simples, os principais direitos trabalhistas de pessoas com deficiência. O documento foi tema de audiência pública promovida pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Além da versão impressa, a publicação *O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores em Fácil Leitura* faz parte do projeto PCD Legal (www.pcdlegal.com.br), uma biblioteca virtual com conteúdo acessível a todos, gratuitamente. O objetivo do projeto é oferecer conhecimento sobre legislação

de interesse das pessoas com deficiência e sobre temas importantes para o desenvolvimento da cidadania.

Desenvolvido em ambiente bilíngue, incluindo português e língua brasileira de sinais (Libras), e disponível em diversos modos de exibição, como textos, áudios e vídeos, o sistema permite que qualquer pessoa o consulte, independentemente de restrições físicas ou de aprendizado. Entre os documentos disponíveis, estão a Constituição federal e a Lei de Cotas.

A ideia surgiu a pedido de pessoas com deficiência que relatavam dificuldade em

acessar a legislação. A elaboração do site contou com a participação de pessoas cegas, surdas e com outros tipos de deficiência. — Com esse portal, estamos possibilitando acesso à informação, permitindo que patrões e empregados conheçam seus direitos e deveres. Nossa intenção é ampliar o conhecimento — afirmou o procurador do Trabalho Estanislau Tallon Bozi.

Para a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), que conduziu a reunião, o material servirá para toda a população. — Parabéns ao Ministério Público do Trabalho por criar um sistema que permita a qualquer pessoa se apropriar do conteúdo legislativo.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), e outros senadores que participaram da audiência pública também elogiaram a iniciativa.

— Está sendo criado algo muito importante para as pessoas com deficiência no país — avaliou o senador. Christiane Aquino e Breno Viola, do Movimento Down, observaram que o uso de imagens, sons e vídeos facilita a vida dessas pessoas. José Francisco de Souza, do Instituto Benjamin Constant, ressaltou que uma das coisas que mais preocupam as pessoas com deficiência é autonomia, pois ninguém gosta de ser dependente.

Além da versão impressa, cartilha estará disponível em biblioteca virtual acessível



Lindbergh (D) lê a cartilha em audiência pública dirigida por Ana Rita (3ª à esq.)

Suplicy cita bons resultados em programas de combate ao crack

Dois programas de combate ao crack no estado de São Paulo foram destacados na segunda-feira por Eduardo Suplicy (PT-SP): o Recomeço, do governo do estado, e o De Braços Abertos, da prefeitura da capital.

O De Braços Abertos, disse o senador, oferece atendimento médico, moradia em hotéis no bairro da Luz e R\$ 15 por dia para 300 usuários que trabalham quatro horas

por dia na limpeza das ruas e na jardinagem. Segundo Suplicy, houve redução de 70% do consumo da droga.

O Recomeço tem mais de 30 mil pessoas sob tratamento, com média de internação de três meses, sendo a grande maioria de forma voluntária.

Suplicy disse que o crack virou uma praga em São Paulo, com até 400 mil usuários em 194 cidades, ou seja, um terço dos municípios do estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Debate aponta falta de foco no crescimento sustentável

Audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Econômicos discutiu o descompasso entre a política tributária no Brasil e a necessidade de promoção de um crescimento econômico sustentável

A POLÍTICA TRIBUTÁRIA brasileira precisa mudar para que a economia do país possa crescer de forma significativa e sustentável. A conclusão é dos participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para subsidiar as atividades do grupo de trabalho criado no colegiado para discutir política tributária e sustentabilidade.

Para André Lima, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o maior desafio do grupo de trabalho é sugerir propostas de políticas tributárias que desestimulem as atividades econômicas com altas emissões de carbono, ao mesmo tempo em que incentivem aquelas que gerem renda e

emprego, mas tenham práticas sustentáveis.

O representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Airton Santos, fez um alerta quanto às mudanças de conceito na economia brasileira. Ele explicou que as desigualdades sociais e econômicas que existem no país — que afetam os salários e a distribuição de renda — fazem com que a sustentabilidade seja um assunto importante, mas não prioritário, entre os trabalhadores.

— Setenta por cento da população brasileira ativa ganha até dois salários mínimos mensais. A questão da sobrevivência física imediata é a grande preocupação

dessa classe — constatou.

A atenção com sustentabilidade nos meios de produção, explicou, só vai aparecendo à medida que o profissional vai sendo mais qualificado.

Políticas equivocadas

Coordenador do grupo de trabalho, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) destacou a importância de o Senado começar a refletir e acumular informações sobre a política tributária do país. Na avaliação dele, as manifestações ocorridas desde junho do ano passado revelam a insatisfação dos brasileiros com a alta carga tributária do país, em que muito se paga de imposto mas pouco se tem em qualidade do serviço prestado pelo Estado.

— Temos um sistema tributário injusto, onde quem ganha menos paga mais impostos. Temos também programas governamentais de má qualidade e que acabam comprometendo o futuro do país, ao adotar políticas equivocadas. É preciso que as políticas públicas na economia tenham um olhar de longo prazo, focado na sustentabilidade — defendeu.

Uma segunda audiência pública para debater o assunto acontecerá hoje.



Secretário de Habitação, Andrade fala em audiência dirigida por Inácio (2º à dir.)

Brasília precisa melhorar a mobilidade, dizem especialistas

A fiscalização e o controle da ocupação e a matriz de mobilidade urbana de Brasília foram preocupações demonstradas em audiência realizada ontem na Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. O debate foi o segundo de um ciclo que estuda grandes problemas das metrópoles.

Segundo Inácio Arruda (PCdoB-CE), o governo investe bilhões de reais por ano em mobilidade urbana, mas pontualmente, em pequenos trechos, sendo que um “projeto acabado e total” não existe.

— As cidades mais desenvolvidas da Europa, Estados Unidos, China, Japão e Rússia até hoje têm bonde, metrô e ônibus. E o transporte individual é complementar. Invertamos isso numa ação subalterna — disse.

A falta de um metrô eficiente, drenado por todo o território, e não em linha reta, foi apontada como um proble-

ma grave de Brasília. Inácio lamentou que a capital esteja “abarrota de automóveis” e sem estacionamentos.

Messias de Souza, ex-administrador de Brasília, manifestou a necessidade urgente de uma reforma urbana.

— A expansão das cidades do DF foi horizontal e levou os mais pobres para as periferias engarrafadas. Eles passam boa parte da vida nesse deslocamento. No DF, que é uma área planejada e tombada, o centro é apenas a parte histórica de uma cidade pulsante.

O atual administrador de Brasília, Jean Carmo Barbosa, explicou que há incentivo para levar bares e restaurantes das áreas residenciais para a área administrativa comercial que compõe o Eixo Monumental e adjacências. O subsecretário de Planejamento da Secretaria de Habitação, Rômulo Andrade, destacou ainda a luta do DF contra a ocupação irregular do solo.



Rodrigo Rollemberg (C) preside audiência sobre o crescimento da economia

Jorge Viana garante construção de ponte sobre o Rio Madeira

Jorge Viana (PT-AC) garantiu, em pronunciamento ontem, que a presidente Dilma Rousseff não vetou o projeto que garante recursos para a construção de ponte sobre o Rio Madeira na BR-364.

O senador disse que essa notícia equivocada está sendo divulgada nas redes sociais. Segundo afirmou, R\$ 35 milhões para a execução da obra já foram empenhados, assim como foi pago R\$ 1,5 milhão para empresa responsável pela obra.

Viana explicou que a presidente vetou apenas o anexo do projeto, mas isso não afeta a construção da ponte:

— O veto da presidente foi a um anexo que tinha uma duplicidade de recursos. O recurso já estava garantido no PAC — afirmou o senador.

Anibal Diniz comemora duplicação de vias em Rio Branco

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou na segunda-feira o início das obras do PAC da Mobilidade em Rio Branco, capital do Acre. Em pronunciamento, o senador explicou que o programa prevê a duplicação, o alargamento e a urbanização de sete grandes avenidas da cidade.

Para o projeto, estão previstos investimentos de mais de R\$ 60 milhões da União, com contrapartida da Prefeitura de Rio Branco, que é a executora das obras.

— Essas obras vão melhorar a fluidez do trânsito na capital. Todos sabemos que a mobilidade urbana é um dos maiores problemas que afetam a população dos grandes centros — afirmou, acrescentando que, em dez anos, a frota de carros da cidade quase triplicou.

Lula contribuiu para o desenvolvimento da Bahia, afirma Pinheiro

Em pronunciamento na segunda-feira, Walter Pinheiro (PT-BA) apontou conquistas materializadas no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) que, segundo o senador, contribuíram para o aperfeiçoamento da infraestrutura e da educação na Bahia, atraindo investimentos e desenvolvimento regional.

Pinheiro disse que nem todas as conquistas tiveram início com Lula ou a presidente Dilma Rousseff, mas observou que foi necessária a adoção de posições firmes pelos dirigentes do PT para que os empreendimentos fossem consagrados e o trabalho pudesse ser desenvolvido, “sobretudo na Bahia, que passou anos e anos a fio com uma única matriz de desenvolvimento”, concentrada na capital baiana.

Comissão discute soluções para destinação de resíduos sólidos

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos (CMARS) debate hoje o tema “As soluções e tecnologias inovadoras voltadas à reciclagem e a

outras formas de destinação de resíduos sólidos”. Convidado, entre outros, Ney Maranhão, do Ministério do Meio Ambiente.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMARSinovacaoEC>
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMARSinovacaoAS>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF #reciclagem
- ▶ **Facebook:** alosenado
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/subcomissaoResiduos>

Senado analisa risco de racionamento de água no país

O risco de racionamento de água em grandes cidades do país e a busca por medidas para evitá-lo são temas de audiência pública das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) marcada para hoje, às 7h30.

Autor do requerimento para o debate, Jorge Viana (PT-AC) explicou que a escassez de água era um problema até pouco tempo marcante

apenas no Nordeste, mas que hoje afeta todo o país.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 7h30

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMAaguaAS>
- ▶ **Facebook:** alosenado
- ▶ **Twitter:** @AloSenado
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoMeioAmbiente>



Pelo texto, concessionárias de energia terão que instalar de graça relógios de dupla tarifação: um para a irrigação, outro para a residência

Projeto para desconto na conta de luz de produtor rural vai à Câmara

VOTAÇÕES EM PLENÁRIO

O PLENÁRIO APROVOU ontem por unanimidade, em segundo turno, substitutivo ao projeto de decreto legislativo que facilita o acesso de produtores rurais ao desconto na conta de luz de sistemas de irrigação (PDS 787/2009). A proposta segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

O texto obriga as concessionárias de energia a instalar gratuitamente, para os produtores rurais que fazem irrigação e aquicultura, os chamados relógios de dupla tarifação. Um medirá exclusivamente os sistemas de irrigação que, por lei, já têm descontos. O outro medirá o consumo residencial. O substitutivo de Kátia Abreu (PMDB-TO) ao projeto original de Magno Malta (PR-ES) atualiza o número da resolução normativa que será atingida pelo futuro decreto legislativo.

Ao apresentar a proposta, Malta argumentou que os medidores são instalados gratuitamente para todos os demais consumidores e não há justificativa para discriminar os produtores rurais.



Sistemas de irrigação terão medição do consumo de energia separada das residências, facilitando o desconto que já existe

Diversos senadores comemoraram a aprovação: Renan Calheiros (PMDB-AL), José Agripino (DEM-RN), Roberto Requião (PMDB-PR), Waldemir Moka (PMDB-MS), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Gim (PTB-DF), Jayme Campos (DEM-MT), Eduardo Braga (PMDB-AM), José Pimentel (PT-CE) e Ana Amélia (PP-RS).

— A agricultura é o motor da nossa economia — disse Renan.

O autor agradeceu o apoio dos colegas, pediu à Câmara

uma votação rápida e lembrou que recebeu a sugestão para o projeto de um pequeno agricultor de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Segundo Agripino, a proposta vai beneficiar a agricultura em todo o país. Requião lembrou que o mesmo sistema foi usado no Paraná com “grande sucesso” quando ele era governador. Moka acrescentou que a dupla aferição é a única forma de garantir um custo menor para a irrigação. Para Aloysio,

os senadores aprovaram uma “medida extremamente prática, de alcance econômico e social expressivo”.

Gim e Pimentel disseram que os maiores beneficiados serão os pequenos produtores da agricultura familiar. Jayme afirmou que a medida vai ampliar a área irrigada em todo o país. Braga e Ana Amélia disseram que milhares de agricultores serão beneficiados com mais competitividade nas produções.

Humberto registra data pela defesa do Rio São Francisco

O Dia Nacional em Defesa do Rio São Francisco, ontem, foi lembrado por Humberto Costa



Waldemir Barreto/Agência Senado

(PT-PE). O senador disse que o governo petista foi importante para viabilizar o projeto de transposição das águas do rio. Segundo Humberto, cerca de 60% das obras físicas da transposição já foram executadas. Ele considera a obra de grande importância para o semiárido nordestino, “pois vai levar água para consumo humano e animal e para ações que vão alavancar o desenvolvimento sócioeconômico do Nordeste, beneficiando diretamente 390 municípios”.

— Não se fala em acabar com a seca, seria impensável, mas em oferecer meios para que a população do semiárido possa conviver com esse fenômeno climático — disse.

As obras, segundo o senador, envolvem a construção de 36 barragens, 7 túneis, 63 pontes, 35 passarelas e 165 tomadas de água, e geram emprego para mais de 10 mil trabalhadores.

Êxitos no campo marcam sessão do Ano da Agricultura Familiar

Sob a presidência de Ângela Portela (PT-RR), o Congresso celebrou ontem o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela ONU como um reconhecimento à contribuição para a erradicação da pobreza. A sessão foi marcada pela exibição de números que mostram o avanço do Brasil nessa área.

Baseada em relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Ângela afirmou que o número de brasileiros que passa fome caiu 40% entre 1992 e 2013: de 22,8 milhões para 13,6 milhões. A

senadora afirmou que, além de garantir a segurança alimentar, a agricultura familiar vem preservando os alimentos tradicionais, promovendo a proteção da biodiversidade e o uso sustentável de recursos naturais, impulsionando as economias locais e ajudando a promover o bem-estar social.

A deputada Luci Choinacki (PT-SC), autora do requerimento da sessão solene, elogiou o fato de o governo ter garantido renda a todos os agricultores familiares.

Ana Amélia (PP-RS) disse que a produção familiar de alimentos no Rio Grande do

Sul já representa quase um quarto de todos os financiamentos do crédito destinado à agricultura familiar. A senadora recomendou a capacitação das famílias rurais e a ampliação da extensão rural como fundamentais para levar aos agricultores o conhecimento gerado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Gleisi Hoffmann (PT-PR) ressaltou a contribuição das unidades familiares para a geração de empregos.

— No Brasil, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e

responde por sete de cada dez empregos no campo.

Assim como Gleisi, Wellington Dias (PT-PI) lembrou os avanços na condição de vida no campo, resultado de políticas públicas para os pequenos agricultores, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Luz para Todos.

— Ainda temos muito a avançar. É preciso investir em educação; é um caminho que vamos trilhar a passos largos.

O deputado Anselmo de Jesus (PT-RO) citou melhorias na condição de vida das famílias que vivem no meio rural e apontou incentivos que levaram ao crescimento da produção agrícola, como as compras institucionais de alimentos dos pequenos produtores para merenda escolar.

A importância da representação política dos pequenos produtores foi lembrada pelo deputado Assis do Couto (PT-PR). Ele lembrou que os recursos do Pronaf cresceram dez vezes nos últimos anos, mas vê necessidade de ampliar o acesso à terra e ao conhecimento para garantir o futuro da agricultura familiar.

Ministro reafirma compromisso com os agricultores

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, reafirmou na sessão os compromissos de fortalecimento das famílias que trabalham no campo.

— São milhões de homens e mulheres que produzem muito e constroem a nação brasileira.

Rossetto saudou a aprovação, pelo Congresso, da PEC do Trabalho Escravo.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, disse que o Brasil já se destaca no cenário mundial na proteção ambiental, mas ainda enfrenta o desafio de superar um passivo social.

Representando a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alessandra da Costa Lunas disse que foram dois anos de luta para instituir o ano.

— Que cada um de nós pare e reflita sobre o alimento que vem para a mesa de todos os dias.



A senadora Ângela Portela (3ª à dir.) preside a sessão solene com deputados, senadores e representantes do governo

Guarda de bebê órfão gera estabilidade no emprego

Segue para sanção projeto que estende o benefício trabalhista que seria garantido à mãe, durante a licença-maternidade, para proteção da criança. Novo responsável pode ser o pai ou outro parente



POR UNANIMIDADE, O Plenário aprovou ontem estabilidade provisória no emprego para quem detiver a guarda de recém-nascido no caso de morte da trabalhadora gestante. O projeto segue para sanção. O PLC 62/2009 — Complementar estende a estabilidade provisória garantida à gestante pela Constituição.

José Pimentel (PT-CE) destacou que a proposta não cria despesa adicional para os empregadores, mas apenas visa beneficiar a criança.

— Estamos assegurando os benefícios de proteção da criança durante os quatro meses [de licença-maternidade].

Vários senadores destacaram a necessidade de assegurar condições para cuidar do recém-nascido.

— A mãe tem um filhinho. Depois de um ano, falece, e o filhinho fica órfão. Alguém toma conta dessa criança, adota, assume as funções de



Pimentel explica em Plenário que o projeto não cria despesa para empregadores

mãe. Todos os benefícios que a falecida tinha ou dispunha, fosse auxílio-maternidade, fosse o que fosse, são repassados para a criança, para a mãe adotiva. É assegurar os benefícios que a mãe de sangue poderia garantir, caso permanecesse viva — disse o líder do DEM, José Agripino (RN).

Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), lembrou que o novo responsável pode ser o pai da criança ou outro parente e que os benefícios são fundamentais para que aten-

dam os interesses da criança. — É um projeto de alcance social muito grande, que protege a criança recém-nascida e dá mais segurança a quem vai cuidar dessa criança — observou a senadora.

Também elogiaram o projeto Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Braga (PMDB-AM), Paulo Paim (PT-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Plenário tem discussão acirrada sobre projeto da Lei da Palmada



A inclusão do projeto conhecido como Lei da Palmada na ordem do dia de ontem provocou protestos de senadores contrários à proposta. Magno Malta (PR-ES, *foto*) quer que o texto (PLC 58/2014) seja mais debatido. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a inclusão na pauta foi por acordo de lideranças. A previsão é de que o projeto seja votado na manhã de hoje pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) para só então ser apreciado em Plenário.

Magno Malta disse que a lei é subjetiva e representa um retrocesso. Kátia Abreu (PMDB-TO) afirmou que as famílias “de bem” não podem ser tuteladas sobre como criar os filhos.

Na presidência dos trabalhos, Renan Calheiros defendeu o projeto, dizendo que o século 21 “não permite retroceder para discutir se lesão física contra criança é ou não sofrimento”.

— [A posição contrária] é de um retrocesso brutal com o qual o Brasil não pode concordar — disse o presidente.

Campanha Eu Ligo 180 será lançada hoje no Congresso

A campanha Eu Ligo 180 será lançada hoje, às 11h, no Congresso. O aplicativo para celular Clique 180, para denúncia de violência contra a mulher, será apresentado no Senado pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, a procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci. A ferramenta foi desenvolvida pela ONU Mulheres em parceria com a SPM.

O aplicativo permite acesso direto à Central de Atendimento à Mulher 180, que recebe denúncias, fornece orientações e oferece conteúdos como a Lei Maria da Penha e mapeamento de locais de risco nas cidades. O Clique 180 está disponível para os sistemas IOS e Android. Pode ser baixado na Apple Store ou na Google Play. Basta digitar Clique 180 e seguir os passos de instalação.



Jovens indígenas pedem mais atenção à saúde e à educação

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) ouviu ontem o depoimento de jovens indígenas a respeito das dificuldades que enfrentam nas regiões onde vivem e sugestões para resolvê-las. Ana Rita (PT-ES) e Wellington Dias (PT-PI), que presidiram alternadamente a reunião, se comprometeram a cobrar soluções do governo.

De acordo com os jovens, os principais problemas que enfrentam se relacionam à saúde e à educação. Falta de hospitais nas aldeias, grandes distâncias em relação às cidades, escassez de médicos e materiais e dificuldades de comunicação com agentes de saúde fazem com que os indígenas não recebam atendimento adequado. Em muitas aldeias também faltam escolas que ofertem o ciclo educacional completo, o que faz com que os indígenas sejam obrigados a deixar as comunidades para estudar, ficando expostos a problemas das cidades, como violência, drogas, álcool e desemprego.

A discriminação e a exclusão do processo político e

decisório foram outros problemas apontados: os jovens relataram ter sido vítimas de preconceito e reclamaram de não serem ouvidos com relação às políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Eles também fizeram denúncias de exploração sexual e profissional.

Os jovens pediram mais médicos e mais agentes de saúde, além de mais condições para que esses profissionais possam se deslocar até as aldeias. Sugeriram a criação de repúblicas estudantis exclusivas para jovens indígenas a fim de acolher os adolescentes que migram para as cidades para concluir os estudos. Solicitaram o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao combate da violência e do alcoolismo nas aldeias. O líder Marcos Terena propôs a criação de uma universidade indígena.

Alana Keline Manchineri, que integra a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), pediu respeito aos direitos já garantidos pela Constituição, principalmente sobre demarcação de terras.



Wellington Dias e Alana Keline Manchineri na Comissão de Direitos Humanos

Para Couto, Dilma envia dinheiro a Cuba em vez de combater violência

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o governo da presidente Dilma Rousseff. O senador lamentou que a presidente continue destinando dinheiro a Cuba em vez de se preocupar com a violência no país.

— O governo não toma nenhuma providência. O brasileiro tem medo de andar nas



ruas. Aque ponto nós chegamos, Brasil?

O senador disse que tanto o Congresso Nacional quanto o Supremo Tribunal Federal (STF) são “comandados” pela

presidente da República. Ele pediu ao povo que escolha, nas eleições presidenciais, um candidato capaz de governar melhor o país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla

Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Senado flexibiliza descanso para motoristas

Tempo de direção contínua para profissionais passa de 4 para 5 horas e meia, segundo projeto que volta à análise da Câmara. Jornada diária pode chegar a 10 horas

**VOTAÇÕES
EM
PLENÁRIO**

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que flexibiliza o descanso obrigatório dos motoristas profissionais. O PLC 41/2014 aumenta o tempo permitido de direção contínua. Já a jornada máxima, que no projeto original poderia chegar a 12 horas, foi mantida em 10 horas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a proposta retornará à Câmara dos Deputados por ter sido modificada pelos senadores.

Pelo texto, a jornada diária continua sendo de 8 horas, com possibilidade de 2 horas extras — máximo de 10 horas. O texto da Câmara permitia a extensão das horas extras, se decidido em convenção ou acordo coletivo, o que poderia chegar a 12 horas.

Já o tempo de direção contínua, sem intervalos, ficou como no texto enviado pela Câmara: a cada seis horas ao volante, o motorista deverá descansar 30 minutos, mas esse tempo poderá ser fracionado, assim como o de direção, desde que o tempo dirigindo seja limitado ao máximo de 5 horas e meia contínuas. Atualmente, o tempo máximo de direção é de 4 horas contínuas.

A ampliação foi duramente criticada por Roberto Requião (PMDB-PR). Segundo o senador, estudo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) concluiu que o risco de acidentes triplica com o aumento do tempo ininterrupto de direção de 4 horas para 5 horas e meia. O senador afirmou que a sonolência ao volante causa 22 mortes por dia no país.

Para Requião, a mudança “legítima o genocídio” nas



Durante a votação, senadores ouvem Requião criticar o aumento do tempo de direção contínua: “Legítima o genocídio”

estradas, faz dos motoristas potenciais suicidas e homicidas e mantém a sociedade refém de um trânsito inseguro. Para ele, a questão econômica não pode se sobrepor às vidas.

— É claro que os pequenos empresários estão com problema de custo, mas isso não pode ser resolvido à custa do sacrifício do trabalho do motorista. Que se resolva com diminuição de impostos, do preço do combustível, mas não com a escravidão nas estradas — afirmou.

Jayme Campos (DEM-MT) discordou de Requião e ressaltou que um estudo não vale mais que a experiência dos motoristas. Aplaudido por representantes da categoria, que estavam nas galerias, o senador disse considerar que o maior responsável pelos acidentes não é a sonolência, mas as más condições das estradas.

— O motorista tem responsabilidade suficiente para saber se aguenta dirigir por 5 horas, 6 horas, 7 horas. Estabelecer 2 horas de relógio após

o almoço para descansar, nenhum motorista quer, salvo os preguiçosos, os suga-sangues.

Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriram mudança no texto para que a extensão do tempo de direção ininterrupto dependesse de acordo ou convenção coletiva. Assim, o tempo ficaria em 4 horas, como estabelece a lei atual, mas com possibilidade de extensão até as 5 horas e meia previstas no projeto. A sugestão não foi aprovada.

O atual descanso obrigatório diário, de 11 horas a cada 24 horas, poderá ser fracionado, usufruído no veículo e coincidir com os intervalos de 30 minutos. O primeiro período deverá ser de 8 horas contínuas. A lei prevê pelo menos 9 horas contínuas de descanso.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o texto da Câmara já representava um avanço em relação à legislação atual e avaliou que as mudanças feitas no Senado garantiam novas melhorias, como a manutenção da jor-

nada diária em 8 horas mais 2 horas extras e alterações em outros procedimentos.

— Esse projeto cria o seguro para os motoristas, procedimentos para o teste toxicológico na renovação da carteira, mecanismo de tratamento para o motorista que tem problema com drogas. Esse projeto tem uma série de avanços — argumentou.

Outros senadores, como Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Paim (PT-RS), ressaltaram que o projeto poderá ser aperfeiçoado na Câmara.

O relator resolveu suprimir isenções de pedágio previstas no texto da Câmara. Para ele, o benefício concedido seria revertido em cobrança extra para os demais motoristas.

— Pedágio que não se cobra de alguém vai se cobrar dobrado de outro alguém, que, no caso, seriam os veículos de passageiros. O contrato de concessão determina um resultado financeiro. Então é melhor não mexer — disse Jucá.

Outro ponto alterado pelo relator foi a fixação da janela de detecção do exame toxicológico em 90 dias. Pelo texto da Câmara, esses exames, feitos na admissão do motorista e na renovação da carteira de habilitação, teriam a janela mínima de 90 dias. A palavra “mínima”, segundo Jucá, foi retirada porque só um laboratório no Brasil faz exames com janela superior a esse tempo.

Restam 14 projetos no esforço concentrado

	PLS 281/2012: regras para comércio eletrônico no Código de Consumidor
	PLS 283/2012: regras para evitar superendividamento no CDC
	PEC 35/2011: acelera tramitação de tratados, atos e acordos internacionais
QUARTA	PEC 15/2011: PEC dos Recursos, que garante prisão de condenado que recorrer
	PEC 32/2010: estende ao TST tratamento dado pela Constituição ao STJ
	PLC 58/2014: conhecido como Lei da Palmada, pune castigo físico em crianças
	PLS 229/2009: Lei de Responsabilidade Orçamentária
	PLC 6/2014: cria gratificações por acúmulo de função a juizes e procuradores
	PLS 150/2013: período de defeso será contado para aposentadoria de pescador
QUINTA	SCD 264/1999: regulamenta reconhecimento de pós-graduação a distância
	SCD 185/2008: torna obrigatório o ensino de arte na educação básica
	PLS 559/2013: elimina carta-convite e tomada de preços em licitações
SEXTA	PLC 136/2011: doação de área entre universidades em Mato Grosso do Sul
	PLC 78/2013: cria 17 cargos no TRT da 16ª Região, no Maranhão

Vanessa quer debate sobre flexibilização de jornada de condutores

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse esperar que o projeto que flexibiliza a jornada de trabalho de motoristas seja debatido com mais profundidade. Para ela, a decisão de votar em regime de urgência o PLC 41/2014 dificulta a apreciação das emendas e impede a realização de audiências públicas.

A senadora classificou a atividade dos motoristas como estressante e ressaltou que a Consolidação das Leis do Trabalho só autoriza aumento da jornada em casos excepcionais. Vanessa também questionou o argumento de que o trabalhador encarece o custo Brasil.

— O que temos que fazer é diminuir os custos da folha de pagamento, e não o valor que os trabalhadores recebem — disse.

Paim defende aposentadoria especial para pescadores e motoristas



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem aposentadoria especial para pescadores após 25 anos de contribuição, conforme projeto de autoria dele. A iniciativa garante pagamento de piso salarial durante o período do defeso, quando os pescadores não podem trabalhar devido à reprodução dos peixes.

Ele também defende o benefício a motoristas de ônibus e caminhões. Ele disse isso ao saudar integrantes da categoria que foram ao Plenário acompanhar a votação da proposta que altera o período de descanso obrigatório.

Suplicy comemora redução nas taxas de desemprego



Waldemir Borreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a redução do índice de desemprego, divulgado pelo IBGE a

partir da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad Contínua) e da Pesquisa Mensal de Emprego.

Segundo a pesquisa por amostra de domicílios, o índice passou de 8%, no primeiro trimestre de 2013, para 7,1% de janeiro a março deste ano.

— Desde janeiro de 2003 até abril de 2014, foram criados 20,3 milhões de empregos formais no Brasil, um aumento de 71% — afirmou.

Adiada votação de emendas a texto do trabalho escravo

Após pedido de vista coletiva ontem, foi adiada para a próxima semana a votação do relatório sobre a regulamentação da expropriação de imóvel urbano ou rural prevista na PEC do Trabalho Escravo, que foi aprovada no último dia 27. A regulamentação está sob análise na Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais.

O projeto elaborado pela comissão (PLS 432/2013) tramita no Senado, onde recebeu 55 emendas, das quais o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), acolheu 29. Uma das questões polêmicas é o conceito de trabalho escravo. Emendas incluíam a jornada exaustiva e as condições degradantes na caracterização, mas o relator

rejeitou as alterações. Para ele, os conceitos são subjetivos:

— O que é condição degradante? É não ter um ar-condicionado em um dormitório, é a espuma do colchão não ter dez centímetros, é não ter água gelada? Em cada região do Brasil, isso muda.

Paulo Paim (PT-RS) discordou. Ele se disse preocupado com a possibilidade de que jornada exaustiva e condição degradante deixem de ser consideradas trabalho escravo.

— Nada disso é subjetivo. Jornadas exaustivas matam, provocam acidentes. Condições degradantes acabam com a dignidade do trabalhador. Que nenhum parlamentar venha minimizar essas situações — disse.

Debatedores defendem contratação de advogado municipal por concurso

Em audiência sobre a manutenção da segurança jurídica, participantes rejeitam terceirização das procuradorias mesmo em municípios pequenos

Nenhum município é pequeno demais para que não tenha condições de contratar advogado público por concurso. Essa foi a ideia defendida pelo procurador-geral do município de São Paulo, Robinson Barreirinhas, e endossada pelos demais participantes de debate feito ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o papel da advocacia pública na manutenção da segurança jurídica do país.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin reconheceu as dificuldades que um município com até 2 mil habitantes tem de encontrar um advogado disposto a receber um salário compatível com o orçamento municipal, mas advertiu, em seguida, que os danos pela ausência de uma boa defesa do Estado podem superar os custos de contratação.

Benjamin também condenou a “terceirização” da advocacia em alguns municípios. Nesse processo, explicou ele, muitas vezes a advocacia pública é preterida pela contratação do advogado que atuou na campanha eleitoral.

Quando à permissão para os advogados públicos defenderem causas privadas, disse ver desconforto quando essa atuação ocorre, por exemplo, na área tributária, já que gera conflito de interesses.

Pedro Taques (PDT-MT) considerou justa a extensão das prerrogativas de juízes



Advogado-geral da União, Luís Inácio Adams fala na audiência pública conduzida por Vital do Rêgo (4º à dir.)

e membros do Ministério Público para a advocacia pública, uma das reivindicações da categoria, mas ponderou que isso deve envolver bônus e ônus.

— Defendo uma advocacia pública profissional, mas sem querer “o sábado do homem solteiro e o domingo do homem casado”. Não é possível que advogados públicos possam advogar na iniciativa privada — sustentou Taques, em referência ao fato de juízes e promotores serem impedidos de advogar.

O senador é autor do requerimento para o debate, em conjunto com o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Procuradora municipal, a conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Elisa

Helena Lesqueves Galante foi uma das vozes a defender o exercício da advocacia pública “em pé de igualdade” com as demais funções da Justiça. Ela argumentou ainda que a quantidade de habitantes e a capacidade econômica do município não podem ser limitação à contratação desses profissionais por concurso.

Convênio com estado

Uma alternativa para suprir a carência de advogados públicos nos municípios foi apresentada pela presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do DF, Lúcia Léa Guimarães Tavares.

— Talvez a solução para municípios muito pequenos seja um convênio com o estado, de

forma a auxiliá-los enquanto não tiverem a possibilidade de organizar suas procuradorias — sugeriu Lúcia.

Outra medida defendida para aperfeiçoar a atuação da advocacia pública foi o envolvimento da atividade com a mediação e a conciliação. Essa iniciativa contou com o apoio do advogado-geral da União Luís Inácio Adams e do diretor da revista *Consultor Jurídico*, Márcio Chaer.

— É preciso discutir mecanismos que possibilitem a negociação entre as áreas pública e privada para que os litígios não levem tanto tempo no Judiciário — reivindicou Chaer.

A audiência contou com a presença de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Adicional para magistrados preocupa governo, diz Braga



O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que o governo está preocupado com proposições que pressionam os gastos públicos em tramitação no Congresso. Entre as dores de cabeça do Planalto, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço a magistrados e membros do Ministério Público, com a possibilidade de remuneração final acima do teto do funcionalismo (R\$ 29,4 mil).

— Essa questão preocupa muito porque não vai ser apenas o Judiciário, pois é uma pressão que vem em cascata e pode acabar com o teto constitucional — explicou Braga.

Pimentel presidirá comissão do novo Código de Processo Civil

José Pimentel (PT-CE) foi escolhido presidente da comissão especial de senadores criada para o exame do substitutivo da Câmara ao PLS 166/2010, que altera o Código de Processo Civil (CPC). Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é o vice-presidente. Vital do Rêgo (PMDB-PB), o relator.

De acordo com o cronograma da comissão, o relatório final será discutido e

votado até 16 de julho.

O texto em análise cria mecanismos para simplificar os processos e acelerar as decisões da Justiça. Foi elaborado a partir de um anteprojeto de lei apresentado por uma comissão de juristas instituída por José Sarney (PMDB-AP), quando era presidente do Senado.

A comissão contará com o apoio de um grupo de juristas para a redação do texto.

GRUPO DE JURISTAS

- **Luiz Fux** (presidente), ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), é ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Também já foi desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- **Tereza Arruda Alvim Wambier**, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona direito processual civil nos cursos de mestrado, doutorado, especialização e graduação.
- **Paulo Cezar Pinheiro Carneiro**, advogado e professor de titular de processo civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- **José Roberto dos Santos Bedaque**, advogado, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).
- **Bruno Dantas**, consultor legislativo em direito civil e processo civil do Senado e professor de direito processual civil do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), em Brasília.

Pedro Simon saúda Joaquim Barbosa e elogia atuação no STF

Pedro Simon (PMDB-RS) saudou ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que “mostrou ao país que é possível pôr corruptos na cadeia”.

Na semana passada, Barbosa anunciou a aposentadoria. Ele foi o relator da Ação Penal 470, que julgou os envolvidos no escândalo do mensalão.

Simon ainda alertou para o sentimento de pessimismo da população às vésperas de uma Copa do Mundo e de uma eleição que considera fundamental para o destino do país.

O senador apontou para as inúmeras manifestações pelo país e chamou a atenção para a emergência de sentimentos antidemocráticos quando o Brasil vive o período mais longo de democracia. Ele culpou a corrupção pela insatisfação das ruas.



Jarbas lamenta aposentadoria de ministro do Supremo

Ao lamentar a aposentadoria precoce do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) repudiou as pressões e ameaças que o teriam levado a essa decisão.

O senador advertiu que os poderes constituídos, especialmente o Congresso, precisam se levantar contra esse tipo agressão e acusou o Partido dos Trabalhadores de ter responsabilidade no caso.

Na opinião de Jarbas, isso gerou as ameaças a Joaquim Barbosa, porque os petistas acreditavam que ele estava em dívida com o PT por ter sido indicado pelo então presidente Lula.

— Ele trabalhou para que a Justiça funcionasse contra os chamados crimes do colarinho branco, não importa se esses criminosos fossem de esquerda, de direita ou de centro — disse.

